



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de insumos (lancetas e fitas reagentes para teste de glicose no sangue – HGT), com fornecimento de aparelhos em regime de **comodato**, destinados ao atendimento dos pacientes do **Programa Hiperdia**, portadores de **Diabetes Mellitus insulino-dependentes**, da Rede Municipal de Saúde do Município de Mesquita/RJ, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, conforme especificado na tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
1	Lanceta descartável para punção digital em aço inoxidável, ponta embutida e recoberta em silicone, estéril por radiação gama, descartável, tri facetada, com tampa protetora para manuseio e descarte, calibre 28g, embalagem conforme normas ABNT, registro no M.S., contendo data de validade, devem estar conforme a NR nº32	UNID	2.500.000
2	Seringa para insulina c/ agulha com curta e dispositivo de segurança (1,0/u100), capacidade para 100 unidades de insulina, escala com graduação de 2 em 2, escala com marcação única, números com caracteres grandes e traços firmes, agulha fixa, não possui espaço morto, êmbolo de corte reto com borracha de ajuste e vedação, agulha deve ter comprimento de 12,7mm a 13mm, calibre 0,33mm, bisel tri facetado, integralmente siliconada - Paredes finas com maior diâmetro interno, aplicação com prega cutânea em ângulo reto, proteção agulha e do êmbolo, esterilizada, com apresentação de embalagem individual ou pacote com 10 unidades. Obs. Deve possuir registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir	UNID	400.000
3	Tira reagente para mensuração de glicose no sangue para leitura em aparelho (faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl) que não sofra interferência em pacientes em oxigenoterapia, amostra menor ou até 2,0 microlitros, resultado em até 5 segundos com ou sem necessidade de codificação facilitando o uso e o aproveitamento total das tiras. Possuir dados de identificação, procedência, número do registro do produto junto a Anvisa, data de fabricação e/ou prazo de validade. Obs. deverão ser fornecidos 2.500 (hum mil e quinhentos) kits de glicemia (01 monitor medidor de leitura da concentração de glicose no sangue, 01 bateria reserva, 01 guia de	UNID	2.500.000



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	referência rápida, 01 manual do usuário em português, 01 estojo para guarda e transporte do kit e 01 método para verificação do aparelho), no ato da entrega das fitas, em regime de comodato e treinamento prévio para os usuários sendo 1.500 (hum mil e quinhentos) unidade na 1º solicitação de empenho, independentemente da quantidade solicitada e o restante proporcionalmente aos pedidos de empenho, de acordo com a necessidade da Secretaria. Sendo que houver problemas de funcionamento, os aparelhos deverão ser substituídos.		
--	---	--	--

1.2. Os insumos a serem adquiridos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. DO PRAZO:

1.3.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3.2. Por se tratar de fornecimento contínuo de insumos, e desde que haja interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições vantajosas para a Administração, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja saldo disponível e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14133/21.

1.4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1.4.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste Termo de Referência.

1.4.2. As eventuais solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Saúde, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, exclusivamente por meio do e-mail: abastecesemus@mesquita.rj.gov.br, para autorização.

1.4.3. A adesão de cada órgão não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento), dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços, conforme art. 86, §4º da Lei Federal nº14.133/21.

1.4.4. A soma de todas as adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder o dobro do quantitativo registrado, conforme determina o art. 86, §5º da Lei Federal nº14.133/21.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO 07/7016/25 fls.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.4.5. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

A Intenção de Registro de Preços não foi realizada, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde é a única interessada e contratante dos insumos a serem adquiridos, conforme disposto no § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. DOS RECUSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos orçamentos do ano vigente, compromissada por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 5001.10.122.2200.6.002

Elemento de Despesa: 33.90.30.00

Fonte de Recurso: 15001002 – RECURSO PRÓPRIO

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa atender à necessidade contínua e essencial de fornecimento de insumos médicos destinados aos pacientes portadores de diabetes mellitus insulino dependentes vinculados ao Programa Hiperdia, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Mesquita/RJ. A regularidade no fornecimento desses materiais é imprescindível para o controle glicêmico dos pacientes e prevenção de complicações crônicas, garantindo a qualidade da assistência prestada.

2.2. A Secretaria Municipal de Saúde realiza o acompanhamento contínuo de cerca de 2.000 pacientes cadastrados com diagnóstico de Diabetes Mellitus tipo I e II. Esses pacientes são usuários de insumos indispensáveis ao monitoramento e controle da glicemia, o que configura demanda recorrente e essencial para a prevenção de complicações e promoção da saúde.

2.3. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.3.1. A presente contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual do Município de Mesquita, estando, portanto, alinhada ao planejamento institucional desta Administração. No entanto, o Plano de Contratações Anual (PCA) ainda se encontra em fase de elaboração, não comprometendo, contudo, a legalidade e a legitimidade da contratação pretendida.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza variável da demanda e pela necessidade de assegurar o abastecimento regular e planejado, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A aquisição centralizada e planejada desses insumos, com fornecimento por demanda e entrega parcelada, visa:



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Garantir o atendimento regular às determinações clínicas e judiciais;
- Evitar desabastecimentos e desperdícios por vencimento de produtos;
- Promover a economicidade, eficiência e a gestão racional dos estoques e dos recursos públicos;
- Atender às necessidades da população do Município, usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Rede Municipal de Saúde.

3.2. Fundamento Legal

Nos termos do art. 40, incisos II e V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, o planejamento das contratações públicas deve observar, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o princípio do parcelamento. Conforme estabelece o § 2º do mesmo artigo, devem ser considerados, entre outros fatores, a viabilidade da divisão do objeto, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, o dever de ampliar a competitividade e a necessidade de evitar a concentração de mercado.

3.3. Justificativa para o parcelamento

A aquisição pretendida será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, que, por sua natureza, permite a contratação de forma parcelada, conforme as necessidades reais da SEMUS. Tal abordagem visa assegurar o abastecimento contínuo de insumos destinados ao atendimento dos pacientes diabéticos insulino dependentes vinculados ao Programa Hiperdia da Rede Municipal de Saúde do Município de Mesquita/RJ, garantindo a manutenção do atendimento aos pacientes beneficiários dessas determinações.

3.4. Planejamento e Estimativa de Consumo:

Para subsidiar a contratação, a SEMUS realizou a estimativa de consumo com base no histórico de dispensação registrado nos últimos 12 (doze) meses. Essa análise permitiu identificar o volume médio necessário para suprir de forma eficiente e ininterrupta as demandas decorrentes do programa hiperdia, as quais, por sua natureza, não admitem descontinuidade no fornecimento, sob risco de graves prejuízos à saúde dos munícipes.

3.4. Benefícios do parcelamento:

Além da adequação técnica e operacional, o parcelamento da contratação possibilita maior participação de fornecedores de diferentes portes, inclusive locais e regionais, promovendo o fomento à economia local, a ampliação da competitividade e a otimização dos preços praticados. Essa prática está em estrita observância aos princípios da economicidade, eficiência, vantajosidade, isonomia e interesse público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, o fracionamento contribui para mitigar riscos logísticos e operacionais, assegurando maior controle sobre as entregas e possibilitando ajustes dinâmicos ao longo da execução contratual, em consonância com as **oscilações de consumo e demandas imprevistas**, sem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A aquisição de insumos destinados ao atendimento de pacientes vinculados ao Programa Hiperdia, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Mesquita/RJ, será realizada por meio de procedimento licitatório com entregas parceladas, utilizando o Sistema de Registro de Preços. Tal estratégia mostrou-se a mais compatível com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando maior flexibilidade na gestão de demandas, especialmente aquelas decorrentes de decisões judiciais. A adoção dessa medida encontra respaldo legal no artigo 78 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 92 do Decreto Municipal nº 3.639/2024.

4.1.1. O sistema de Registro de Preços permite maior competitividade entre os licitantes, viabiliza a adoção de critérios que asseguram a economicidade, promove o uso racional dos recursos públicos e respeita os princípios da isonomia e da eficiência administrativa.

4.2. Essa abordagem favorece o planejamento orçamentário e logístico da Secretaria Municipal de Saúde, conferindo previsibilidade na execução da despesa e maior controle sobre os estoques. Também proporciona flexibilidade na execução do contrato, permitindo ajustes conforme o volume das demandas, o que contribui diretamente para a eficiência administrativa e para a garantia do direito à saúde dos cidadãos.

Características da Solução proposta:

- a) A entrega parcelada, permite o fornecimento dos insumos de forma contínua e conforme as necessidades da SEMUS. Essa medida atende as limitações estruturais, tais como:
 - Limitação do espaço físico: o Almoxarifado Central não dispõe de capacidade para armazenar integralmente os quantitativos necessários ao atendimento da demanda projetada para um período de 12 meses. A adoção de entregas parceladas proporciona maior flexibilidade e eficiência na gestão de estoques, permitindo o alinhamento do volume de aquisição à disponibilidade orçamentária e à demanda efetiva. Essa estratégia contribui para a mitigação de desperdícios, a redução de custos logísticos e a minimização dos riscos de desabastecimento ou saturação da capacidade de armazenamento.
 - Racionaliza a utilização dos recursos públicos, prevenindo o acúmulo e o vencimento de insumos, ao mesmo tempo em que garante a manutenção regular do abastecimento, conforme a emissão progressiva das demandas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os insumos objeto da presente contratação deverão atender, integralmente, aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANVISA, bem como às especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2. A empresa fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente:

- a) Autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para comercialização e/ou fornecimento dos produtos ofertados;
- b) Para o item 2 “SERINGA PARA INSULINA C/ AGULHA CURTA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA (1,0/U100)”, a licitante de possuir registro na ANVISA com laudo de qualidade em conformidade com a RDC 341/2020.

5.4. A empresa deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento dos insumos por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, devidamente assinado e carimbado pelo responsável técnico, que comprove(m) a execução satisfatória, ou em andamento, de fornecimento compatível com o objeto licitado.

5.5. Da sustentabilidade

5.5.1. Sempre que possível, os insumos a serem adquiridos deverão conter componentes biodegradáveis e atóxicos, de forma a minimizar os impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, em conformidade com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, e com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, especialmente no que se refere à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, à não geração e à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos.

5.5.2. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, de menor volume possível, utilizando preferencialmente materiais recicláveis, e que assegurem proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.5.3. A composição e os componentes dos insumos devem observar critérios de sustentabilidade, conforme os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, priorizando a aquisição de bens que minimizem danos ao meio ambiente.

5.5.4. A empresa fornecedora deverá observar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente no que se refere à gestão de resíduos sólidos.

5.5.5. A aquisição deverá observar as boas práticas de gestão pública, incluindo o uso racional de recursos, a minimização de perdas e o controle eficiente de estoques.

5.6. Da subcontratação

5.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

5.7. Da garantia da contratação



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura contratual, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada na forma de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, prevista pelo § 1º, inciso III, art. 96 da Lei Federal de n.º 14.133/21, a ser restituída após sua execução satisfatória.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Com o objetivo de assegurar que a execução contratual se mantenha dentro dos parâmetros adequados de controle e eficiência, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

6.1.1. Os insumos deverão ser fornecidos conforme a demanda da contratante, observadas rigorosamente as especificações constantes deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.1.2. A entrega deverá ocorrer, obrigatoriamente, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço indicado abaixo, em quantidades a serem definidas pela Divisão de Almoxarifado, de acordo com a programação de abastecimento:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contato: (21) 96556-6865 ou (21) 96404-4708; SUELI FREIRE OU LETÍCIA CHAGAS

Endereço: Avenida Coelho da Rocha, nº 1426, Rocha Sobrinho (Dinâmica), Mesquita/RJ

Cep: 26572-481.

E-mail: abastecisemus@mesquita.rj.gov.br / fmlmesquita@mesquita.rj.gov.br

Entrega das 09:00 h às 16:00h.

6.1.3. O contratado fica responsável por toda a logística de entrega, sendo responsável pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

6.1.4. O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente deste Termo de Referência e assegurada a manutenção e equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra algum dos motivos em lei devidamente evidenciados e sujeito a análise prévia do setor requisitante.

6.1.5. Os insumos deverão apresentar, no momento da entrega, prazo de validade mínimo 12 (doze) meses ou 75% do prazo total de validade. Nos casos em que o produto possuir validade inferior a esses critérios, a entrega estará condicionada à prévia autorização do Departamento de Assistência Farmacêutica, mediante avaliação técnica sobre a viabilidade do recebimento sem que haja prejuízo para este serviço, através do e-mail: abastecisemus@mesquita.rj.gov.br;

6.1.5.1. Em caso de entregas de insumos com validade inferior a 12 (doze) meses, deverão obrigatoriamente, serem entregues as respectivas cartas de compromisso de troca.



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.1.6. Os insumos deverão ser transportados conforme normas da Vigilância Sanitária e apresentar perfeitas condições de uso.

6.2. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.2.1. No momento do recebimento, a empresa contratada deverá aguardar a conferência dos itens licitados quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes no contrato, sendo que eventuais trocas ou complementações de quantidades deverão ser realizadas no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, mediante anuência da Administração Municipal.

6.2.2. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem original do fabricante, de forma a preservar sua integridade durante transporte e descarga, contendo, de forma legível, lote, data de fabricação e validade.

6.2.3. A contratada será responsável pela substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, de materiais entregues com embalagens violadas ou danificadas, fora do prazo de validade acordado ou em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

6.2.4. Todos os insumos deverão ser transportados em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 430/2020, observando, entre outros aspectos:

- Condições adequadas de temperatura, umidade e proteção contraluz, quando aplicável;
- Embalagem resistente e apropriada para transporte;
- Identificação adequada dos produtos;
- Controle documental, garantindo rastreabilidade;
- Condições sanitárias e de segurança durante o transporte.

6.2.5. O Município reserva-se o direito de recusar o recebimento de insumos cujo transporte não esteja em conformidade com a legislação sanitária ou cujas condições comprometam a qualidade dos mesmos.

6.2.6. Serão rejeitados materiais com validade expirada, embalagens violadas, defeitos, rompimentos ou especificações divergentes das constantes neste Termo de Referência e da proposta, sendo a substituição obrigatória no prazo estipulado no item 6.2.1.

6.2.7. Não serão aceitos produtos com suspeita de alteração, adulteração, fraude ou falsificação, conforme o disposto no art. 10 da Lei Federal nº 6.437/77 e art. 273 do Código Penal Brasileiro.

6.2.8. O recebimento dos bens observará o disposto no art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, conforme as seguintes etapas:



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) **Recebimento Provisório:** efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a entrega, pelo responsável designado pela Administração, para conferência quantitativa e inspeção preliminar quanto à conformidade técnica;

b) **Recebimento Definitivo:** ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências contratuais, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ocultos ou falhas na execução do contrato, devendo providenciar substituição ou reparo nos prazos estipulados;

d) Caso não haja manifestação expressa da Administração no prazo previsto, considerar-se-á realizado o recebimento definitivo, sem prejuízo das responsabilidades contratuais da contratada.

6.2.9. Durante o prazo para recebimento provisório, a Administração poderá rejeitar parcial ou totalmente os bens entregues quando constatar desconformidades, vícios aparentes, danos ou ausência de documentação exigida. Nestes casos, a contratada deverá proceder à substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

6.2.10. A substituição dos aparelhos glicosímetros entregues em comodato será de responsabilidade da empresa contratada, sem custos adicionais ao Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação formal da Administração.

6.2.11. O prazo de fornecimento dos insumos poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificado e aprovado pela Administração, em conformidade com a legislação vigente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO 07/7016/25 fls.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2. Fiscalização

7.2.1. O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, às servidoras Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467) e Sueli Silva Freire (matrícula 60/010.206), ambas lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, às quais caberá adotar as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.2.3. fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

7.2.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

7.2.5. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização do contrato em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante a terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

7.3. Gestor do Contrato

7.3.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.3.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.3.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.3.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.3.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.3.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.3.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.3.8. Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o município ou modificação da contratação;

7.3.9. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

7.3.10. A gestão do contrato caberá à servidora Kelly Faria Rodrigues (matrícula 60/010.467).

7.4. Do pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, mediante depósito em conta corrente em favor da contratada, no prazo de até 30 dias, de acordo com o material entregue mediante a apresentação de Nota Fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por no mínimo 02 (dois) servidores, conforme determina a legislação vigente.

7.4.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.4.3. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, os preços iniciais **poderão ser** reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



8. INFRAÇÕES E SANÇÕES

8.1. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.

8.2. Em caso de inexecução ou execução incompleta do objeto ou qualquer violação ao disposto neste Termo de Referência ou na legislação em vigor, caberá à contratada as sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 123 do Decreto Municipal nº 3.639/2024, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal a aplicação das sanções previstas nos itens I, II e III do item **8.3**.

8.5. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde a aplicação da sanção prevista no item IV do item **8.3**.

8.6. A multa prevista no item **8.3** não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. O impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos prevista no item **8.3** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no item **8.3** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida.



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.9. As sanções previstas nos itens I, III e IV do item **8.3**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no item II do mesmo item.

8.10. Deverá ser aberto processo administrativo autônomo quando da ocorrência de infração administrativa disposta no artigo 155 de Lei Federal nº 14133/21.

8.11. Será admitida a reabilitação do fornecedor pela autoridade que aplicou a penalidade em conformidade com o art. 163 da Lei Federal nº 14133/21.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no modo de disputa aberto fechado com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando-se do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 78 da referida Lei e no artigo 92 do Decreto Municipal nº 3.639/2024.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO

10.1. O valor global estimado para contratação será de **R\$ 1.658.000,00** (Um milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil reais).

10.2. A planilha com os preços unitários referenciais está anexa ao final deste Termo de Referência, no **Anexo I**.

11. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

11.1. As propostas terão validade de 90 (NOVENTA) dias, contados da data de abertura da sessão pública;

11.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

11.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado.

12. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Da Qualificação Técnica:

12.1.1. A empresa deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento dos insumos por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado,



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

devidamente assinado e carimbado pelo responsável técnico, que comprove(m) a execução satisfatória, ou em andamento, de fornecimento compatível com o objeto licitado;

12.1.2. Autorização de Funcionamento vigente, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que a habilite legalmente para a comercialização e/ou fornecimento dos produtos ofertados, conforme exigência da legislação sanitária nacional em plena validade;

12.1.3. Para o item 2, a empresa deverá apresentar Registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir;

12.1.4. Apresentar ficha técnica dos produtos ofertados, contendo comprovação de conformidade com os descritivos técnicos do Termo de Referência;

12.1.5. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

13. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação do licitante vencedor, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14. DAS OBRIGAÇÕES:

14.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a entrega dos insumos e dos glicosímetros em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO 07/7016/25 fls.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições ao FGTS e ao INSS relativas aos empregados vinculados à execução contratual, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Cumprir as exigências relativas à reserva de cargos previstas no art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em demais normas específicas, assegurando o cumprimento das cotas destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes;
- e) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- f) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município de Mesquita;
- g) Substituir, sem ônus para a Contratante, os glicômetros, lancetas, seringas e fitas reagentes destinados ao Programa Hiperdia que apresentarem avarias, defeitos de fabricação ou prazo de validade inferior ao especificado nas Especificações Técnicas constantes neste Termo de Referência.
- h) Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste contrato, inclusive respondendo por encargos decorrentes da entrega deste ou de sua reexecução, até a entrega dos materiais, incluindo transporte e o frete;
- i) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- j) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- k) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos fornecimentos dos insumos.
- l) Entregar os insumos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber os fundamentos legais.
- m) O material que for entregue em desacordo com o especificado neste Termo de Referência será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fiscalizar a execução do objeto;
- b) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao objeto contratado;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- d) Solicitar a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- e) Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- f) Verificar a conformidade dos materiais com as especificações constantes da proposta do fornecedor.

15. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.13.709/18)
--

15.1. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, a contratação decorrente deste Termo de Referência deverá observar e garantir a proteção de dados pessoais eventualmente tratados no fornecimento, transporte, armazenamento e distribuição dos insumos no âmbito da administração pública municipal.

15.2. Dessa forma, a empresa contratada deverá:

15.2.1. Zelar pela proteção de dados pessoais que possam ser tratados no curso da execução do contrato, garantindo sua confidencialidade, integridade e segurança, conforme os princípios estabelecidos na LGPD;

15.2.2. Utilizar os dados pessoais apenas para os fins específicos e necessários à execução do contrato, sendo vedada qualquer utilização para finalidades distintas das estabelecidas pela administração pública.

15.2.3. Implementar medidas de segurança adequadas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações ou qualquer outro incidente que possa comprometer os dados pessoais eventualmente tratados.



07/7016/25 fls.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.2.4. Atender aos direitos dos titulares dos dados, garantindo a possibilidade de acesso, correção, anonimização ou eliminação de dados pessoais, conforme previsto na legislação.

15.2.5. Comprometer-se a não compartilhar ou transferir dados pessoais sem a devida autorização do órgão contratante, exceto nos casos previstos na legislação vigente.

15.2.6. Responsabilizar-se por eventuais infrações à LGPD, devendo arcar com as consequências jurídicas e administrativas decorrentes do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

15.3. O descumprimento de quaisquer disposições da LGPD por parte da contratada poderá resultar na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

16. PRÁTICAS ANTI CORRUPÇÃO

16.1. Aderindo expressamente ao disposto na Lei Complementar nº 29/2019 e ao Decreto nº 2.144/17 que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/13 no âmbito municipal, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. DO FORO DE ELEIÇÃO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mesquita, para dirimir qualquer litígio decorrente do contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo à justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores;

18.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução dos objetos da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO 07/7016/25 fls.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18.3. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação nacional que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

Elaborado por:
Bruno Felgueiras Salgado.
Dir. Técnico.
Mat.: 60/010.896.

Autorizado por:
Emerson Trindade da Costa
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 60/009.782.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO 07/7016/25 fls.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Lanceta descartável para punção digital em aço inoxidável, ponta embutida e recoberta em silicone, estéril por radiação gama, descartável, tri facetada, com tampa protetora para manuseio e descarte, calibre 28g, embalagem conforme normas ABNT, registro no M.S., contendo data de validade, devem estar conforme a NR nº32	UNID	2.500.000	R\$ 0,10	R\$ 250.000,00
2	Seringa para insulina c/ agulha com curta e dispositivo de segurança (1,0/u100) , capacidade para 100 unidades de insulina, escala com graduação de 2 em 2, escala com marcação única, números com caracteres grandes e traços firmes, agulha fixa, não possui espaço morto, êmbolo de corte reto com borracha de ajuste e vedação, agulha deve ter comprimento de 12,7mm a 13mm, calibre 0,33mm, bisel tri facetado, integralmente siliconada - Paredes finas com maior diâmetro interno, aplicação com prega cutânea em ângulo reto, proteção agulha e do êmbolo, esterilizada, com apresentação de embalagem individual ou pacote com 10 unidades. Obs. Deve possuir registro na Anvisa com laudo de qualidade e validade com no máximo 80% a cumprir	UNID	400.000	R\$ 0,27	R\$ 108.000,00
3	Tira reagente para mensuração de glicose no sangue para leitura em aparelho (faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl) que não sofra interferência em pacientes em oxigenoterapia, amostra menor ou até 2,0 microlitros, resultado em até 5 segundos com ou sem necessidade de codificação facilitando o uso e o aproveitamento total das tiras. Possuir dados de identificação, procedência, número do registro do produto junto a Anvisa, data de fabricação e/ou prazo de validade. Obs. deverão ser fornecidos 2.500 (hum mil e quinhentos) kits de glicemia (01 monitor medidor de leitura da concentração de glicose no sangue, 01 bateria reserva, 01 guia de referência rápida, 01 manual do usuário em português, 01 estojo para guarda e transporte do kit e 01 método para verificação do aparelho), no ato da entrega das fitas, em regime de comodato e treinamento prévio para os usuários sendo 1.500 (hum mil e quinhentos) unidade na 1º solicitação de empenho, independentemente da quantidade solicitada e o restante proporcionalmente aos pedidos de empenho, de acordo com a necessidade da Secretaria. Sendo que houver problemas de funcionamento, os aparelhos deverão ser substituídos.	UNID	2.500.000	R\$ 0,52	R\$ 1.300.000,00